

CONTABILIDADE INTERNACIONAL: Utilização e adequação das Normas Internacionais de Contabilidade no dia a dia dos escritórios contábeis no município de Barreiras-BA.

RAFAEL DOURADO GIARETTON

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa foi o conhecimento sobre a nova tendência que é a Norma Internacional de Contabilidade, procurar se atualizar em relação a esse tema, conhecer melhor a história, e a contextualização do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e principalmente saber como os profissionais contábeis no município de Barreiras - BA, estão se adequando, utilizando e interpretando o processo de convergência das normas. A metodologia utilizada teve como base o método indutivo, onde o mesmo fundamenta-se em premissas, que conduzem apenas a conclusões prováveis, possui uma abordagem quantitativa e também qualitativa. Foi utilizada pesquisa bibliográfica e documental, além de uma pesquisa de campo com aplicação de questionário com amostra de 20 empresas e universo de 80, criando assim estatísticas. Os resultados encontrados são positivos, já que a maioria dos entrevistados teve uma margem de erro de apenas 33%, mostrando o conhecimento e utilização das normas e resoluções emitidas. Conclui-se de forma geral que a Norma Internacional de Contabilidade é o futuro da contabilidade e que os profissionais da área precisam manter-se atualizados e encarar com seriedade esse novo processo, que é apenas uma adequação ao que já se aplica, porém de forma mais organizada, pois segue não apenas para uma única empresa, mas também para instituições que se localizam em vários países.

Palavras-chave: Tendência; Norma Internacional de Contabilidade; Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

1. INTRODUÇÃO

A história da contabilidade é muito antiga e esta totalmente ligada as manifestações humana, como a atividade de troca e venda de bens e mercadorias, ou até mesmo em empréstimos.

Observando-se a necessidade de empresas, com localizações em diversos países, de fazerem transações, o IASB (International Accounting Standards Board) criou uma “regra geral”, elaborando então uma padronização das demonstrações contábeis, para que facilitasse as negociações e investimentos e esclarecesse a interpretação das normas contábeis.

É importante relevarmos esse acontecimento, pois foi com ele que as entidades se beneficiaram, já que conseguem investir mais e quem sabe até ampliar seu rendimento com “especulação” em outros negócios.

No Brasil o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) é responsável para interpretar (esclarecer), estudar, preparar e dispor de pronunciamentos técnicos para os procedimentos contábeis e enunciar as normas internacionais contábeis, por tanto o Comitê de Pronunciamentos Contábeis é de fundamental importância para a divulgação e preparação das empresas nos padrões internacionais.

Com certa curiosidade em saber a utilização dessas normas e demonstrações nos escritórios de contabilidade de Barreiras – BA, é que se foi baseado para elaboração deste projeto, pois se não utilizadas ou até interpretadas de forma incorreta, caso uma empresa pretenda atuar e negociar em outro país, não vai conseguir fazer essa movimentação, já que estará fora dos padrões internacionais de contabilidade.

O que se deixa a entender é que as mudanças são tão constantes que os contadores não as utilizam, deixando a desejar na padronização das demonstrações e normas internacionais de contabilidade, o que se torna uma falta gravíssima para os escritórios de contabilidade.

Para esta elaboração, foram encontradas diversas dificuldades e a mais relevante se torna a falta de materiais disponíveis para leitura e entendimento do assunto discutido, já que as normas são uma novidade, também podendo destacar a rejeição de respostas dos questionários.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. HISTÓRIA DA CONTABILIDADE E O SURGIMENTO DO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

A contabilidade possui uma história muito antiga, tanto quanto a história do ser humano. Está diretamente ligada às manifestações tanto do homem, quanto as suas necessidades de defesa aos seus bens, além de eternizar e interpretar os acontecimentos com seu material.

O homem passa a deixar a caça e voltou-se aos acontecimentos da agricultura e do pastoreio, passa-se a origem da Contabilidade que está ligada a necessidade de registros do comércio.

Para acompanhar suas negociações e possíveis mudanças nos preços e saber os valores em que se comprava e vendia, regravam-se relatórios e registrava-se tudo que era negociado.

Dessa forma, a contabilidade passa a ser uma necessidade, estabelecendo uma ordem e controlando seus valores e suas grandezas.

Nos dias atuais, funções do contabilista não se restringem meramente ao fiscal, tornando-se, essencial para empresas com informações mais precisas possíveis para tomada de decisões e para atrair investidores.

Com o surgimento da Comunidade Europeia, impactou-se na cultura da contabilidade brasileira, chegando em alguns anos a contabilidade nacional a ficar marcada por acontecimentos importantes, os quais foram a criação do CPC, entidade autônoma criada pela Resolução CFC nº 1.055/05.

Segundo Bugarim et al. (2009, p. 8-9)

O CPC tem por finalidade orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade Promover o desenvolvimento da profissão contábil, primando pela ética e qualidade na prestação dos serviços, realizando o registro e a fiscalização de profissionais e organizações contábeis e atuando como fator de proteção da sociedade – tudo isso com o fim de ser reconhecido como um Conselho atuante e representativo da profissão contábil –, faz parte da visão e da missão da entidade. Entre suas diretrizes, destaque para o fortalecimento da imagem do Sistema CFC/CRCs e do profissional da contabilidade, a otimização do registro e da fiscalização e ampliação política e social do contabilista.

Para alguns o CPC é a abertura da economia brasileira para o exterior, o qual proporciona que as entidades tenham mais acesso a economias com mais

avanços e com capitais nas bolsas de valores de maior movimento do mundo, além de ficar mais perto de investidores de outras regiões e localizações diferentes.

Segundo Ploger et al. (2009, p. 4-5)

Como consequência, ficou muito claro que a diversidade de práticas contábeis entre as diversas economias representava um significativo custo extra e uma dificuldade a mais para a indispensável troca de informações e para a acomodação de posições. Essa questão, aliás, não se apresentou apenas para nós: também as economias centrais, pelas mesmas razões, buscam uma maneira de compatibilizar normas e procedimentos contábeis. A necessidade, portanto, de harmonização das normas contábeis passou a fazer parte das preocupações dos principais organismos envolvidos com tais assuntos. Estamos diante de uma dupla convergência: de um lado, a necessidade universal de integrar regras contábeis aos padrões internacionais; de outro, a participação, no debate interno, de representantes de todos os atores do mercado brasileiro – governo, iniciativa privada e órgãos acadêmicos – dialogando livre e democraticamente no CPC.”

O objetivo dos Pronunciamentos é aplicar basicamente às demonstrações contábeis consolidadas, e garantir que as mesmas demonstrações de uma entidade de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB | Accounting Standards Board; IFRSs - International Financial Reporting Standards, além das comunicações sobre contabilidade intercessora para circuitos parciais que possuem as demonstrações contábeis e que possuem detalhamentos de qualidade superior e demonstrem o resultado líquido igual ao patrimônio líquido.

As demonstrações contábeis, portanto, podem garantir a redução de riscos nos investimentos internacionais (quer seja por empréstimos de capitais ou que faça parte do capital da sociedade), assim como os créditos comerciais, a diminuição dos riscos pode relacionar a uma melhor compreensão das demonstrações contábeis produzidas por inúmeros países que estejam ligados aos investidores, financeiras e distribuidores de créditos, além de tudo, consegue facilitar a informação da contabilidade nas negociações internacionais com a utilização da língua contábil de forma igualitária, pode até reduzir o valor do capital que vem da harmonização, o que é de extrema importância para o Brasil.

A adesão de normas internacionais de contabilidade trará inúmeras serventias a economia do Brasil, porém vai demandar de várias aplicações das

entidades e principalmente de treinamentos e adequação aos sistemas. Mesmo com tantas aplicações, a serventia da convergência ultrapassa as prováveis deficiências que poderão aparecer.

2.2. A PADRONIZAÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS

Harmonização contábil é um processo de muita relevância e de grande necessário para as companhias que se localizam em diversos países e que precisam de informações das suas controladas sediadas no exterior ou de passa-las aos seus usuários internacionais (clientes, fornecedores, bancos, etc), mas para isso será necessário realizar mudanças nos seus sistemas e normas contábeis, tornando-os compatíveis e respeitando as características de cada região.

Como podemos ver a harmonização passou a fazer parte da preocupação de autoridades e entidades envolvidas no caso.

A informação sobre a situação patrimonial e financeira das empresas deve estar baseada em normas contábeis de qualidade e que facilitem as análises, permitindo a comparabilidade com outras empresas e facilitando o entendimento por parte dos usuários.

As vantagens mais importantes da harmonização é o fluxo para recursos financeiros e de pessoas qualificadas no mercado, com isso cria-se uma importância de foco dos profissionais da área, disponibilizando de certa forma uma permissão da harmonização das normas, fazendo com que passe de um simples interesse a se transformar em plena realidade para todas as empresas.

É importante o crescimento e a evolução das normas internacionais para conseguir a harmonização contábil, pois se percebe que as mesmas fornecem progressos à uniformidade.

Apesar de todo esse progresso para uma harmonização, pode se observar duas faces na contabilidade internacional, uma delas é a conhecida Contabilidade estadunidense, cujas regras são organizadas pela FASB (The Financial Accounting Standards Board) e também pelo IASB.

O IASB a muito tempo tenta unificar as normas internacionais de contabilidade para que assim consiga transcrever mundialmente um padrão das Demonstrações Contábeis e também da escrituração.

Por tanto, a Contabilidade Internacional possui a meta de indicar e nortear os contabilistas nas interpretações das Normas de Contabilidade, fazendo adaptações nas demonstrações e exigindo isso dos mesmos para que as empresas que comandam possam adaptar-se e investirem sem nenhum impedimento, seja em qual país for a negociação.

2.3.A EVOLUÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

O CPC, também chamado de IASC (International Accounting Standards Committee), nasceu no ano de 1973 com a ajuda de contadores de vários países, como: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, França, Irlanda, Japão, México, Países baixos e Reino Unido.

Essa entidade foi instituída para criar e anunciar de forma autônoma um novo modelo das normas internacionais de contabilidade, onde seu objetivo é conseguir sua aceitação no mundo todo.

No ano de 1975 os primeiros pronunciamentos contábeis foram lançados pela IASC, e tiveram a denominação de IAS (International Accounting Standard). O IAS 1(1975), falava sobre a Divulgação de Políticas Contábeis, e tinha como proposta o conjugado de demonstrações financeiras, e as mesmas poderão ser lançadas pelas entidades, entre eles: balanço patrimonial, demonstração do fluxo de caixa, outras demonstrações que comprovem todas as alterações no patrimônio líquido, exceto as alterações realizadas no capital e as repartições para os sócios, demonstração do resultado, notas explicativas e políticas contábeis. Já o IAS 2 (1975), falava sobre a Avaliação e Apresentação de Estoques no Contexto do Sistema de Custo Histórico.

No ano de 1982 o Conselho da Federação Internacional de Contadores nomeia e inclui membros de 13 países, além de reconhecer e considerar o IASC como órgão que define os padrões contábeis.

No ano de 1989 a Federação Europeia de Contabilidade, apoia a harmonização internacional e passa a ter um maior envolvimento dos países europeus no IASC. Neste mesmo ano o IFAC adota a orientação para os setores públicos, a adoção da IAS e IFRS pelas empresas estatais.

No ano de 1996 a SEC (Securities and Exchange Commission), apoia o IASC para desenvolver normas contábeis que possam ajudar na elaboração das demonstrações financeiras, para que assim surjam ofertas internacionais.

No ano de 1997 o IASC criou o SIC (Standing Interpretations Committee), o mesmo se torna um comitê técnico do IASC com 12 membros, seu objetivo era responder as dúvidas de interpretações dos usuários.

No ano de 1998 o número de membros do IASC aumentou para 140 órgãos em 101 países.

No ano de 2000 a IOSCO (International Organization of Securities Commissions), faz recomendações a emitentes multinacionais o uso das normas do IASC e listagem em bolsas internacionais. No mesmo ano foi implantado um comitê de nomeação, liderado pelo presidente da SEC, onde nomeia curadores que irão fiscalizar a nova estrutura do IASB.

No ano de 2001, substituindo o antigo IASC, foi criado o IASB, que está sediado em Londres. O IASB é uma organização internacional que não possui fins lucrativos e faz publicações e atualiza as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS / IFRS), tem como seu principal foco desenvolver um modelo de normas internacionais padrão, e que delegam transparência e comparabilidade na elaboração das Demonstrações Contábeis para atender ao seu público alvo, seja ele um investidor, administrador, contador ou outros usuários e até mesmo leitores curiosos no assunto.

No ano de 2002 o SIC é renomeado como IFRIC (International Financial Reporting Interpretations Committee) e passa a ter a responsabilidade de interpretar e publicar a IAS e também a IFRS.

No ano de 2005 as entidades que foram abertas na europeia ficaram coagidas em adaptarem-se as normas da IFRS para anunciarem suas demonstrações financeiras consolidadas. Essa ação que foi iniciada, passou a ser seguida de forma internacional pelas empresas.

No ano de 2007 o IFRIC passa de 12 para 14 membros, além de uma nova proposta do IASB para adoção de IFRS para PME (Pequenas e Médias Empresas).

No ano de 2008 o IASB dá uma resposta à crise financeira mundial, isso inclui novas orientações sobre mensuração ao valor justo.

No ano de 2009 o IASB passa a ter 16 membros e o IASC constitui um conselho de monitoramento para autoridades públicas. No mesmo ano ainda pode se notar que continuam as respostas à crise financeira mundial e passam a incluir a mensuração das perdas de empréstimos.

No ano de 2010 são adicionados requerimentos para passivos financeiros à IFRS 9 (classificação e mensuração), a mesma foi alterada como forma de evitar que uma empresa com problemas financeiros, consiga reservar um grande lucro e depois consiga comprar de volta sua própria dívida a um custo reduzido. Passa também a emitir a versão revisada da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, pensando na conclusão da primeira fase (Objetivos e Características Qualitativas). Curadores finalizam a segunda parte da Revisão Estatutária, incluindo as seguintes alterações em denominação: Fundação IFRS (antiga Fundação IASC); Comitê de Interpretações das IFRSs (antigo IFRIC) e Conselho Consultivo das IFRSs (antigo SAC).

O IASB e o FASB alteraram os cronogramas de vários projetos em conjunto, para priorizar projetos mais significativos e limitando o número de minutas emitidas. O IASB publica dois tipos de Volumes anuais das IFRSs – um com as normas em vigor atualmente e o outro com todas as normas já publicadas.

No ano de 2011 o IASB e o FASB prolongam o cronograma para a conclusão dos projetos em conjunto mais significativos. O IASB publica o Red Book (Livro Vermelho) das IFRSs, incluindo as IFRSs, IASs, IFRIC e SIC em vigor.

2.4. ADOÇÃO DAS IFRS NO BRASIL

A harmonização das Normas Internacionais de Contabilidade, que no Brasil iniciou-se em 2008 e regulamentada pelas práticas contábeis com alterações a partir da edição das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, teve como base 14 pronunciamentos técnicos, uma norma sobre a estrutura conceitual básica e uma orientação técnica, todos emitidos pelo CPC, e aprovados por Deliberações da CVM e Resoluções do CFC, já no ano de 2009, o CPC acrescentou mais 27 pronunciamentos, duas orientações técnicas e 12

interpretações, no qual as mesmas foram também aprovadas por Deliberações da CVM e Resoluções do CFC, também foi editado o CPC PME, onde portava as práticas contábeis que podem ser utilizadas pelas entidades consideradas de médio e pequeno porte, porém não podem ser companhias abertas, emitentes de títulos de dívida negociados no mercado e que não sejam sociedades de grande porte conforme definição contida na Lei nº 11.638/07.

De acordo com aprovações da CVM e do CFC, os pronunciamentos lançados em 2008, com exceção do CPC de nº 11, por se tratarem de assuntos que já tinham alterações introduzidas pela Lei de nº 11.638/07 e MP de nº 449/08, tiveram que ser aplicados no próprio exercício de 2008, já os pronunciamentos contábeis lançados em 2009 passa a ser de utilização obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2010, já o novo pronunciamento contábil, as orientações técnicas e interpretações técnicas, lançados em 2010 são de utilização obrigatória para os exercícios financeiros posteriores.

Para as varias instituições que são autorizadas a trabalhar pelo Banco Central do Brasil, com exceção dos CPCs aprovados por meio de Resoluções do Conselho Monetário Nacional, os demais CPCs ainda não possuem aprovação do Banco Central, assim, não podem ser aplicados. Porém essas instituições devem observar outros regulamentos relacionados, não podendo se limitar somente a esses CPCs específicos.

De acordo com a Deliberação da CVM de nº 603/09 e da Resolução CFC de nº 1.269/09, as entidades podem utilizar, antecipadamente, nas demonstrações financeiras de 2009, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC, aprovados pela CVM e pelo CFC, com vigência para os próximos exercícios iniciados a partir de 2010, porém, se aplicados na sua totalidade nas demonstrações de 2008, em conjunto com as demonstrações de 2009.

Outro impacto também importante no processo de adoção das IFRS no Brasil, diz respeito à assinatura do Memorando de Entendimento entre: o IASB, o CFC e o CPC, que assegura que o CPC continuará a emitir as normas brasileiras de contabilidade com base nas normas emitidas pelo IASB.

Apesar das dúvidas, o Brasil ficou em posição privilegiada, pois ainda conseguiu criar um aprendizado com a comunidade da Europa que passam a

adotar o IFRS desde 2005 e beneficiou-se de melhorias realizadas nas normas internacionais de contabilidade.

3. METODOLOGIA

A pesquisa apresentada teve como base o método indutivo, onde o mesmo fundamenta-se em premissas, que conduzem apenas a conclusões prováveis.

Quanto ao objetivo deste trabalho a pesquisa classifica-se como do tipo exploratória, possuindo tanto uma abordagem quantitativa, quanto qualitativa, pelo fato de trabalhar com quantificação estatística, e realizou-se também a interpretação e análise dos dados obtidos.

Em relação aos procedimentos, foi utilizada pesquisa bibliográfica, e documental, também se utilizou de estudo de caso, que por sua vez é um tipo de pesquisa que privilegia um caso específico.

Foi realizada uma pesquisa de campo na qual se fez uma coleta de informações nos escritórios contábeis no município de Barreiras – BA, que segundo o delegado do conselho regional de contabilidade, hoje existem cerca de 80 escritórios inscritos, porém se realizou uma pesquisa em 25%, o que significa 20 escritórios, criando assim estatísticas, e isso se realizou através da aplicação de questionários direcionados aos mesmos.

4. ANÁLISE DOS DADOS

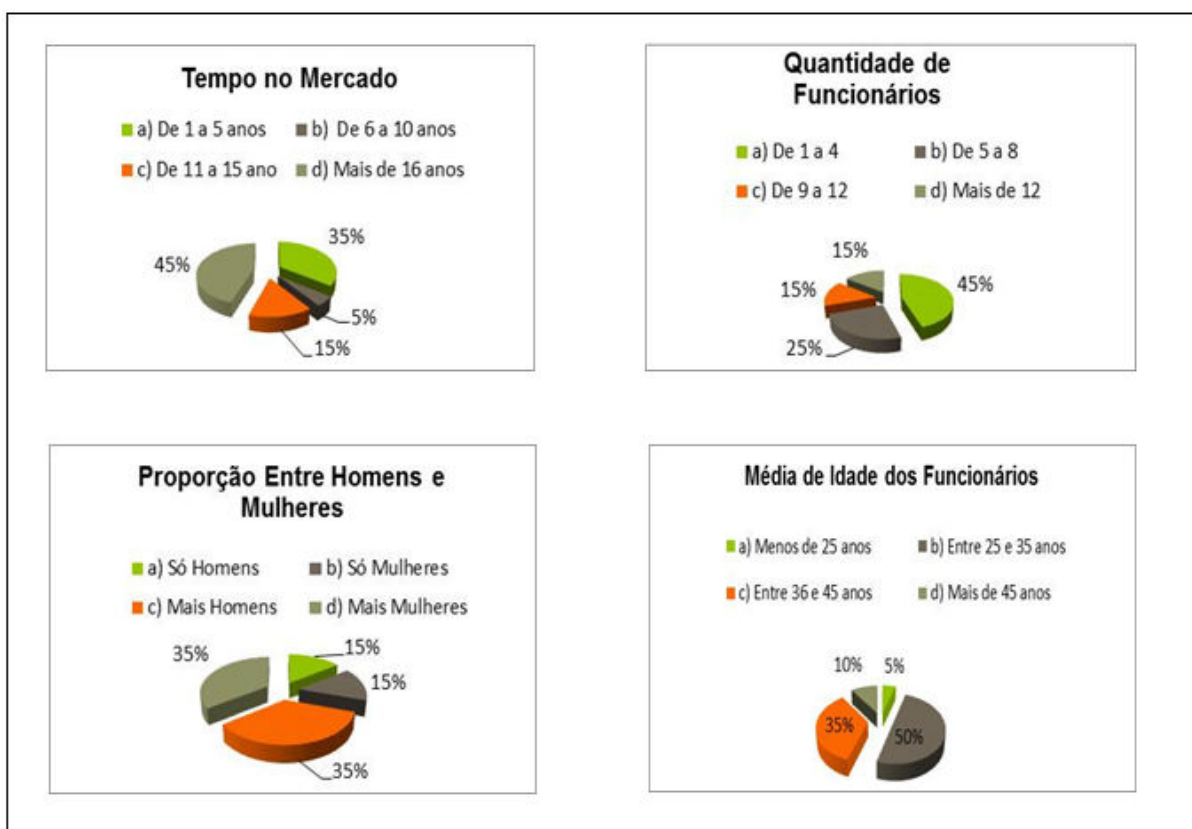
A presente pesquisa apresenta dados obtidos das contabilidades do município de Barreiras - BA como forma de identificar como os profissionais contábeis estão utilizando e interpretando o processo de convergência das normas internacionais de contabilidade.

Barreiras - BA possui uma população com mais de 160 mil habitantes, é cortada pelo Rio Grande, principal afluente da margem esquerda do Rio São Francisco e é atravessada por 3 rodovias federais, sua maior força além do comércio, é o polo agropecuário.

Os dados e as informações necessárias para a realização deste trabalho foram obtidos através de questionário estruturado com 15 questões e respostas de múltipla escolha para melhor avaliar os dados.

Para um melhor entendimento sobre a que tipo e porte de empresa refere-se a presente pesquisa, foi necessário fazer alguns questionamentos sobre os escritórios entrevistados.

Como se pode observar na Figura 01 está apresentado o perfil dos escritórios entrevistados.



Figurão 01 – Mosaico do Perfil dos Escritórios Pesquisados

De acordo com a visualização gráfica acima percebe-se que maioria das empresas entrevistadas possui uma administração com mais de 16 anos no mercado, o que se pode considerar como sólida, possui em média 4 funcionários, sendo a maioria deles homens e média de idade de 25 a 35 anos.

Ao se aplicar o questionário foi perguntado conforme figura 02, sobre que órgãos seriam os responsáveis por emitir e por traduzir as normas internacionais de contabilidade. Conforme demonstrado nos capítulos anteriores, quem é responsável por emitir as Normas Internacionais de

Contabilidade é o IASB e por traduzi-las no Brasil o CPC, assim constatamos que 60% dos escritórios entrevistados estão corretos e atualizados em relação a emissão das normas e 40% dos escritórios desconhecem o emissor e tradutor das normas internacionais de contabilidade.

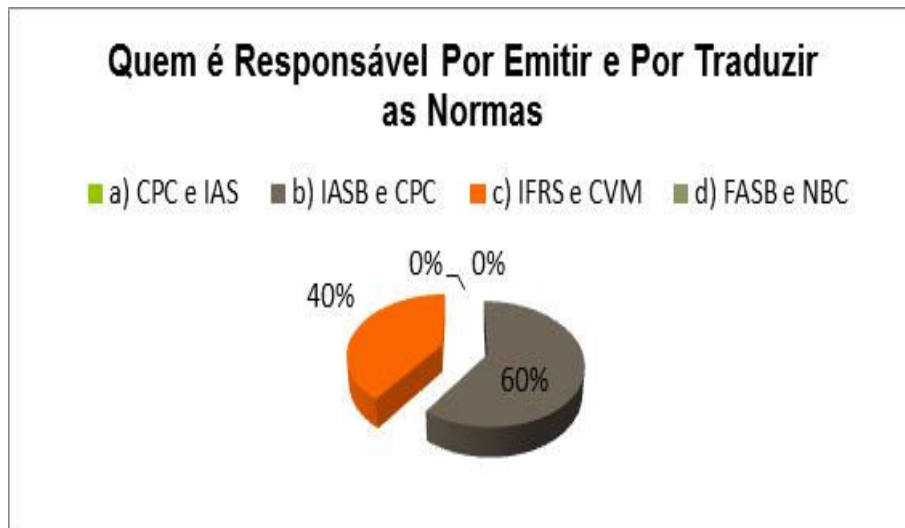


Figura 02 – Responsável Por Emitir e Por Traduzir as Normas

Segundo a IAS 1, as demonstrações financeiras são uma representação estruturada da posição financeira e do desempenho financeiro de uma entidade. O objetivo das demonstrações financeiras de finalidades gerais é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões económicas. As demonstrações financeiras também mostram os resultados da condução por parte da gerência dos recursos a ela confiados.

Sendo assim, a visualização gráfica da figura 03 demonstra que 75% dos entrevistados estão de acordo com as finalidades do IAS 1. Podemos ressaltar que se trata de um percentual relevante, já que apenas uma margem de 25% não estão de acordo com as finalidades exigidas pelo IAS 1.

A IAS 1 Descreve a Demonstração Financeira

- a) Como um relatório de ativo e passivo
- b) Como uma representação estruturada da situação financeira e do desempenho financeiro da entidade
- c) Como uma demonstração de fluxo de caixa
- d) Como elemento diretamente relacionado a posição financeira

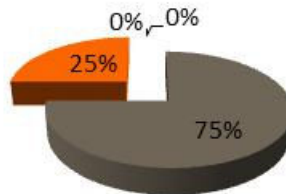


Figura 03 – IAS 1

Analisando o gráfico da figura 04, ao que se refere a todas as respostas dos questionários recebidos, ficou claro que a maior parte dos escritórios de contabilidade do município de Barreiras - BA utilizam as normas internacionais de contabilidade, pois 67% das questões analisadas obtiveram resultados satisfatórios e corretos, e apenas 33% delas não estavam corretas.



Figura 04 – Aspectos Gerais

CONCLUSÃO

Conforme a evolução do homem e seus manifestos foram necessários uma série de atualizações por parte da contabilidade, a cada progresso e investimento das empresas tem-se uma maneira inovadora de organizar os processos de transações.

Diante disso, a contabilidade inova com as normas internacionais de contabilidade, fazendo com que o mundo dos negócios permaneça em ordem e principalmente que apesar da distancia, empresas consigam negociar e que as contabilidades tornam-se compreensíveis por todas as partes.

Dessa forma, os contadores passam a trabalhar em cima de diversas normas e resoluções, porém a pratica tem que ser eficiente e permanecer atualizada, uma vez que são de constantes alterações e atualizações.

Portanto esse trabalho busca mostrar o quanto de fato é importante o conhecimento dos contadores do município de Barreiras - BA sobre essa nova tendência.

Para atingir o primeiro e segundo objetivo, se fez necessário a pesquisa bibliográfica, analisando a história e a contextualização do comitê de pronunciamentos contábeis, e estudando a evolução e as normas internacionais de contabilidade.

Para alcançar o terceiro objetivo, foi realizada uma pesquisa de campo nos escritórios de contabilidade do município de Barreiras - BA, e dessa forma identificar como esses profissionais contábeis estão se adequando e interpretando o processo de convergência e tradução das normas em seus escritórios.

Conclui-se através de análises gráficas que a maior parte das respostas recebidas estão corretas e de acordo com as resoluções, normas e entidades, de uma forma geral elas representam mais de 60%, tornando a hipótese levantada incorreta, já que identifica-se um certo conhecimento e utilização das normas internacionais de contabilidade por parte dos contadores.

Diante de todas as considerações levantadas pode-se afirmar que as normas são de fundamental importância para uma interpretação igualitária das demonstrações contábeis e que sua constante atualização se faz necessário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Osmar Reis. **Comentários às novas regras contábeis brasileiras**: Sociedades Anônimas – Limitadas – Sociedades de grande porte – Leis nº 11.638/2007 e 6.404/1976. 2 ed. São Paulo: IOB, 2008.

CAVALCANTE, Renata Norberto. **Principais aspectos da padronização e harmonização das normas contábeis internacionais**. Disponível em www.webartigos.com/artigos. Acesso em 03 de Set. de 2012.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Editais de audiência pública SNC nº 11/2011**. Disponível em www.cvm.gov.br/port/audi/ed1111snc.pdf. Acesso em 16 de Ago. De 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **A busca da convergência da contabilidade aos padrões internacionais**. Disponível em www.cpc.org.br/pdf/livreto_cpc_atualizado_230507.pdf. Acesso em 16 Abr. de 2012.

_____. **Apresentação das demonstrações contábeis**: Pronunciamento Técnico CPC 26. Disponível em www.cpc.org.br/pdf/cpc26_r1.pdf. Acesso em 16 de Abr. de 2012.

_____. **Demonstrações consolidadas**: Pronunciamento Técnico CPC 36. Disponível em www.cpc.org.br/pdf/cpc_36.pdf. Acesso em 18 de Abr. de 2012.

_____. **Pronunciamentos técnicos contábeis 2009**. Disponível em pt.scribd.com/doc/64197938/cpc. Acesso em 03 de Set. de 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas internacionais de relatórios financeiros para pequenas e médias empresas IFRS-PME**: Resolução CFC n. 1255/09 – NBC T 19.41. Disponível em www.crcsp.org.br/portal_novo/home/livro_ifrs/livro_ifrs.pdf. Acesso em 18 Abr. de 2012.

_____. **A nova lei das S/A e a internacionalização da contabilidade**. Disponível em crcal.org.br/web2/palestras/PalestraNovaLeiSA.pdf. Acesso em 23 Out. de 2012.

DELOITTE. **10 dicas para a qualidade das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS**. Disponível em www.deloitte.com. Acesso em 03 de Set. de 2012.

IASC INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD COMMITTEE. **Normas internacionais de contabilidade 2001**. São Paulo: IBRACON, 2002.

KPMG. **IFRS em destaque**. Disponível em www.kpmg.com.br. Acesso em 03 de Set. de 2012.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. **A padronização das normas contábeis**. Disponível em www.portaldecontabilidade.com.br/noticias/padronizacao_normas.htm. Acesso em 03 de Set. de 2012.

PLOGER, Alfried. **Palavra do CPC**. Disponível em www.cpc.org.br/palavra.htm. Acesso em 15 de Ago. de 2012.

PORTELA, Ângela. **A origem das normas internacionais de contabilidade**. Disponível em www.contabilidadeinternacional.com.br. Acesso em 21 de Out. de 2012.

SÁ, Antônio Lopes de. **Dicionário de contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SANTOS, José Luiz dos. **Introdução à contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **IFRS manual de contabilidade internacional**. São Paulo: Lex; Cenofisco, 2006.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Contabilidade internacional avançada**. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Contabilidade internacional avançada**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.